

# CFESS Manifesta

## Dia do/a Assistente Social

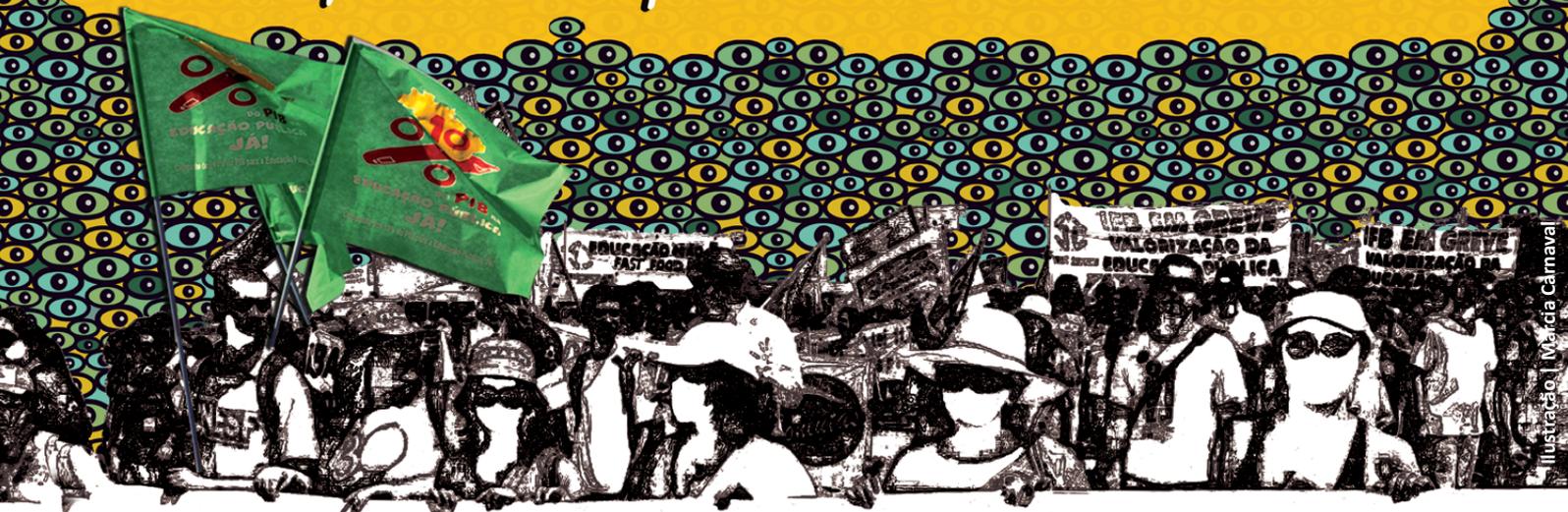
Brasília, 15 de maio de 2012  
Gestão Tempo de Luta e Resistência



# SERVIÇO SOCIAL

## DE OLHOS ABERTOS PARA A EDUCAÇÃO:

*Ensino público e de qualidade é direito de todos/as*



## 15 de maio, dia do/a Assistente Social

**E**ducação não é mercadoria'. Esse é o grito que ecoa das lutas dos/as assistentes sociais brasileiros/as neste 15 de maio. Esta reivindicação é histórica e se atualiza mediante a realidade de que no Brasil o investimento público direto em educação, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é de 5% e, desses, apenas 0,7% é investido no ensino superior. O Conjunto CFESS-CRESS, em articulação com outros sujeitos coletivos, tem se posicionado e lutado contra a mercantilização da educação e de todas as formas precárias de expansão, notadamente em relação ao Ensino Superior, que criam a ilusão do acesso à universidade e ao conhecimento, quando, na verdade, se tornam experiências aligeiradas, posto que destituídas da historicidade dos projetos profissionais e na contra mão da reivindicação por ampliação do acesso à educação com condições de permanência e qualidade social – reivindica-

ção histórica de movimentos sociais e diferentes sujeitos que atuam na educação.

Nunca foi tão necessário questionar: educar para quê e em qual direção? István Mészáros, pensador marxista, em um ensaio produzido para a conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre (RS) em julho de 2004, que resultou no livro *A educação para além do capital*, defendeu a existência de práticas educacionais que permitam trabalhar as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade que liberte o ser humano da dominação do capital, e propôs que a função da Educação seria contribuir para transformar o/a trabalhador/a em um sujeito político capaz de modificar a realidade. É nesta perspectiva que defendemos e nos somamos à luta de que a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica,

com a superação da lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na desigualdade, na exploração, no individualismo, no lucro e na competição.

O Serviço Social brasileiro ousa dizer não à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social e de relações sociais que alienam, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês.

Como assistentes sociais, diariamente trabalhamos com as complexas expressões da questão social. Sabemos das implicações da desigualdade social e das formas de opressão ►

na vida cotidiana dos indivíduos. A educação tem de favorecer o conhecimento da realidade quanto às condições de vida e de trabalho de mulheres e homens. Ao concebermos a educação para além do capital, criticamos a lógica mercantilista e privatista que esta política assume hoje no Brasil.

A privatização da educação no Brasil, orientada pelos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial, se expressa em várias medidas dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, cujas políticas educacionais têm seguido a agenda neoliberal do projeto capitalista, na sua fase de mundialização. Merecem destaque a materialização e ampliação do ensino à distância; a aprovação do REUNI, que visa à reestruturação do sistema público de ensino; a criação do ProUni, que garante ampla isenção fiscal ao setor privado presencial (com a intenção do atual governo de estendê-lo aos níveis fundamental e médio de ensino); e parcerias público-privadas, que reforçam a lógica da mercantilização na universidade pública.

As repercussões desta lógica destrutiva vigente no país atingem a formação e o exercício profissional dos/as assistentes sociais. No período posterior à aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o número de cursos de Serviço Social no país aumentou consideravelmente. De acordo com dados do artigo *Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social*, publicado em 2009 pela professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Larissa Dahmer, de 332 cursos existentes, mais de 205 (61,7%) foram autorizados a funcionar entre os anos de 2003 e 2009, sendo 91,7% de natureza privada. Segundo o documento, ao se analisar a oferta de vagas nos 332 cursos de Serviço Social existentes no país, é possível verificar que a participação da modalidade educação a distância atinge mais de 50%. Outro aspecto que revela o interesse empresarial no curso de Serviço Social é a natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes de vagas na modalidade de Ensino à Distância (EaD): das onze IES que oferecem cursos nesta modalidade, dez são de natureza privada. Somente uma é pública estadual, porém enquadra-se na categorização de fundação pública de direito privado.

*O Serviço Social brasileiro ousa dizer não à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social e de relações sociais que alienam, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês*

Esta realidade de massificação do ensino impacta na formação profissional, sobretudo dos/as novos/as assistentes sociais, egressos/as do EaD, pois a graduação nesta modalidade fere princípios e diretrizes defendidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que trará modificações para o mercado de trabalho em Serviço Social, bem como enormes desafios para os enfrentamentos políticos da categoria na defesa do projeto profissional. Mas acima de tudo, trata-se de retirar da juventude o acesso real à educação e ao conhecimento, e dos/as nossos/as usuários/as, que estão nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, permeados/as por diversas políticas sociais, nas áreas urbana e rural, a possibilidade concreta de ter um atendimento profissional qualificado.

Neste dia de luta para nossa categoria profissional, que vem travando relevantes enfrentamentos por direitos neste país, reforçamos o CFESS Manifesta de 25 de maio de 2011, da campanha *Educação não é fast-food: diga não para a graduação*

à distância em Serviço Social, que afirma que “o direito ao ensino superior gratuito e de qualidade urge ser materializado em condições de oferecer aos/as estudantes formação crítica que os/as prepare para o exercício profissional e também amplie suas condições de atuar em um mundo cada vez mais complexo, na perspectiva de torná-lo substantivamente igualitário e humano”.

Nessa perspectiva, destacamos diversas iniciativas do Conjunto CFESS-CRESS na defesa pela educação pública como direito de todos/as:

- constituição do GT trabalho e formação, com participação dos CRESS, ABEPSS e ENESSO;
- materialização do Plano de lutas em defesa da formação e do trabalho com qualidade, em articulação com ABEPSS e ENESSO;
- promoção da campanha *Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social*;
- participação na campanha *Pela aplicação de 10% do PIB na Educação*.

No 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS, aprovamos várias propostas nesta direção, dentre as quais ressaltamos:

- fortalecer ações políticas contra a precarização da educação superior, para garantir a qualidade dos serviços prestados aos/as usuários/as e a preservação de seus direitos;
- dar continuidade às atividades relacionadas à luta do Serviço Social na Educação, por meio de algumas ações, com destaque para: organização do Seminário Nacional “Serviço Social na Educação” e acompanhamento da tramitação dos projetos de lei (PLs) que versam sobre a temática;
- realizar eventos, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social, nas modalidades presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO;
- articular-se com os movimentos sociais, em defesa da educação pública de qualidade, em todos os níveis e na luta pela garantia dos 10% do PIB para educação.

O CFESS manifesta sua vontade política de prosseguir participando das lutas da classe trabalhadora na defesa da educação como direito, na perspectiva de contribuir para a construção da emancipação humana.



**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,  
Edf. Serra Dourada,  
Salas 312-318  
CEP: 70300-902  
Brasília - DF  
Fone: (61) 3223.1652  
Fax: (61) 3223.2420  
cfess@cfess.org.br

## Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

**PRESIDENTE** Sâmya Rodrigues Ramos (RN)

**VICE-PRESIDENTE** Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

**1ª SEC.** Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

**2ª SECRETÁRIA** Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

**1ª TESOUREIRA** Maria Lucia Lopes da Silva (DF)

**2ª TESOUREIRA** Juliana Iglesias Melim (ES)

**CONSELHO FISCAL**

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylúcia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

**SUPLENTES**

Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Ervã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

Janaine Voltolini de Oliveira (RR)

**CFESS MANIFESTA**

*Dia do/a Assistente Social*

**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**

Sâmya Rodrigues Ramos e  
Kátia Regina Madeira

**Assessoria de comunicação:**

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Diogo Adjuto - JP/DF 7823  
comunicacao@cfess.org.br

**Revisão:** Diogo Adjuto

**Ilustrações:** Márcia Carnaval

**Diagramação:** Rafael Werkema